



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 36**

Evolução e Característica da Pobreza no Brasil, 1995 e 2004

Sabrina Faria de Queiroz

NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2013



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

--

Evolução e Característica da Pobreza no Brasil, 1995 e 2004

Sabrina Faria de Queiroz¹
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto geral analisar a pobreza no Brasil. Os objetivos específicos são de avaliar a evolução de alguns indicadores de pobreza bem como realizar a caracterização de acordo com recortes geográficos e populacionais e decompor a pobreza em seus determinantes crescimento e redistribuição de renda entre os anos de 1995 (pós-implementação do Plano Real) e 2004. A análise é feita através do cálculo de índices de pobreza utilizando-se a abordagem monetária, de acordo com a qual a pobreza é avaliada como insuficiência de renda. Apesar de nos últimos tempos ter ganhado impulso a abordagem multidimensional da pobreza, de acordo com a qual a pobreza é definida como carência de capacidades, sendo classificados como pobres, aqueles indivíduos que não possuem as capacidades básicas para operarem no meio social, no presente estudo a pobreza foi analisada apenas pelo seu lado monetário. Sendo assim, a renda foi tomada como uma *proxy* das necessidades mínimas. Por ser uma análise exploratória não foram pré-definidas hipóteses. Os resultados indicaram redução da pobreza nas áreas rurais que se apresentam estratégicas para a implementação de políticas de combate e redução da pobreza. Além disso, a pobreza apresentou-se mais marcante entre a população mais jovem assim como entre as famílias mais jovens que, portanto, também devem ser alvos das políticas sociais.

Palavras Chaves: Brasil, Pobreza e Abordagem Monetária

ABSTRACT

This work has poverty in Brazil as its general objective of study. The specific objectives are: a) to evaluate the evolution of some poverty indicators; b) to characterize the poverty according to geographic and population features; c) to analyze poverty according to its determinants: 'growth' and 'income redistribution', between 1995 (post-implementation of Plano Real) and 2004. The analysis is carried out with the calculation of poverty indexes. The monetary approach was used according to which poverty is assessed as an income shortage. Although poverty multi-dimensional approach has become stronger in recent times, poverty was analyzed in this study only according to its monetary side. According to that approach poverty is defined as lack of capacities, being classified as poor those who do not have the basic capacities to work in the social medium. Therefore, income was taken as a proxy of minimum necessities. Hypotheses were not pre-defined due to the exploratory character of the analysis. The results indicate a reduction in poverty in rural areas that are strategic to the introduction of policies that fight against poverty as well as against its reduction. Besides, poverty was significant among youngsters as well as among younger families that also have to be an aim of social policies.

Keywords: Brazil, Poverty and Monetary Approach.

¹ Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). Professora da UFG - sfsqueiroz@yahoo.com.br.

1. Introdução

Pobreza é um termo bastante difícil de ser definido. Simplificadamente pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras. Ou seja, pobreza associa-se à ocorrência de alguma carência relativa aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos.

Os trabalhos sobre este tema utilizam variadas abordagens e metodologias de mensuração de pobreza. Dentre diferentes abordagens, a mais utilizada e difundida é a abordagem monetária de pobreza. De acordo com esta, a pobreza é considerada na sua dimensão particular de insuficiência de renda, ou seja, são considerados pobres indivíduos que não alcançam uma renda mínima mensal considerada essencial para que o mesmo consiga adquirir produtos e serviços básicos à sua sobrevivência. Para medir a pobreza utilizando-se esse método é, portanto, necessário definir essa renda monetária que determina o limite separador entre pobres e não pobres, chamada linha de pobreza.

No presente trabalho parte-se da abordagem monetária para cumprir o objeto de traçar um perfil da pobreza no Brasil para os anos de 1995 e 2004. A renda *per-capita* foi utilizada como *proxy* do nível de bem-estar dos indivíduos e permitiu o cálculo de diversos indicadores de pobreza.

Os indicadores de pobreza escolhidos constituem a classe de índices paramétricos conhecida como Índices FGT, propostos por Foster, Greer e Thorbecke (1984). Os índices pertencentes a essa família são a Proporção de Pobres (FGT_0), o Hiato de Pobreza (FGT_1) e o Hiato de Pobreza ao Quadrado (FGT_2).

Não foram formuladas hipóteses visto que o trabalho se trata de uma análise exploratória. Assim sendo, além dessa pequena introdução, na seção seguinte é feita uma descrição da abordagem monetária da pobreza, em seguida são descritos os procedimentos metodológicos para o cálculo dos indicadores de pobreza e então são apresentados os resultados para os mesmos e as considerações finais.

2. A Abordagem Monetária de Pobreza

A vertente dominante sobre o tema pobreza entre os estudiosos é a que trata do tema sob a perspectiva monetária. Essa abordagem monetária da pobreza foi assim denominada pelo fato de que a renda e o consumo dos indivíduos e domicílios são as variáveis básicas para a concepção e mensuração da pobreza. Desse modo, são

considerados pobres aqueles que não tem um nível de renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, absoluta ou relativamente determinadas.

Essa abordagem da pobreza como insuficiência de renda surgiu no século XIX com os trabalhos de Booth, em Londres e de Rowntree no começo do século XX em York. Booth definiu 8 classes sociais, das quais 4 eram de pobres, diferente de Rowntree que definiu apenas duas classes de pobres. A primeira classe de pobres definida por Rowntree (*primary poverty*) era estimada de forma monetária, utilizando-se uma linha de pobreza determinada de acordo com a quantidade suficiente para adquirir nutrientes, roupas e pagar o aluguel. A segunda categoria definida (*secondary poverty*) era de caráter subjetivo, visto que eram classificados como pobres os indivíduos avaliados pelos entrevistadores como pessoas necessitadas (MACHADO, 2007).

Estudos como os de Rowntree apresentam bastantes semelhanças em relação às abordagens contemporâneas, no sentido em que adotam uma perspectiva objetiva de mensuração da pobreza. As pesquisas eram feitas por indivíduos externos ao fenômeno e a abordagem era individualista (LADERCHI; STEWART, 2003).

Além disso, a mensuração da pobreza era feita, no século XX convertendo-se em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas, sendo a renda uma *proxy* dessas necessidades. Esses valores considerados mínimos constituíam as denominadas Linhas de Indigência e de Pobreza utilizadas até hoje. As linhas de indigência foram definidas nos trabalhos de Rowntree como o valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos contendo uma quantidade calórica mínima à sobrevivência e a Linha de Pobreza seria o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia (LOPES, MACEDO & MACHADO, 2003, p.7).

Ainda hoje a definição de pobreza como insuficiência de renda é muito utilizada. Estas medidas absolutas de pobreza (linhas de pobreza) permitem a identificação do contingente de pobres de um país. Assim, um indivíduo é classificado como pobre se a sua renda ou seus gastos são inferiores ao valor determinado pelas linhas de pobreza. Tais indicadores são importantes, pois ressaltam a falta de recursos necessários à reprodução do ser humano, até mesmo a física. (LOPES, MACEDO & MACHADO, 2003, p.8).

A abordagem monetária ainda inclui os indicadores de pobreza relativos, que situam o indivíduo na sociedade. Nesse contexto, são considerados pobres indivíduos com rendas inferiores a 40, 50 ou 60% da renda mediana ou média.

Tais abordagens apresentam-se frágeis no sentido em que privilegiam o mercado e não dão importância aos bens não-monetários, que também afetam o bem-estar dos indivíduos. Do mesmo modo, as linhas de pobreza por si só apresentam limitações, não considerando também efeitos externos produzidos pelo Estado ou pela indústria (HOFFMANN, 2000).

Como foi visto, a variável renda é determinante para as medidas de pobreza. Esse importante papel ocupado pela renda, de acordo com BARROS, CARVALHO & FRANCO (2006) se deve ao fato de que o nível de bem-estar social é determinado pela distribuição dos recursos disponíveis, sendo que a renda tem importante papel entre tais recursos. Assim, se os mercados são perfeitos para todos os tipos de recursos, ou seja, se os custos de transação são desprezíveis igualando os preços de compra e venda então, o nível de bem-estar social seria determinado apenas pela distribuição de renda. Dessa forma, apesar de serviços como educação e saúde serem exceções e não constituírem um mercado perfeito, a maioria dos estudos sobre bem-estar social, pobreza e desigualdade tem como suporte para análise somente a distribuição de renda.

“Essa preponderância da insuficiência de renda se deve ao menos a dois fatores. Em primeiro lugar está o fato de que as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares. Em segundo, como é comum que as famílias acessem os bens e serviços que determinam seu bem-estar através de mercados, e para participar deles é preciso que tenham recursos monetários, segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza”. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

No mesmo sentido, para LADERCHI; STEWART (2003) essa preferência em relação à abordagem monetária da pobreza decorre da sua adequação ao postulado da microeconomia de maximização da utilidade. *“De acordo com essa idéia, a mensuração da utilidade seria uma proxy do bem-estar e uma queda a determinado valor mínimo de recursos caracterizaria a pobreza.”*

Para que essa abordagem da utilidade seja válida, então, bem-estar deve ser definido como utilidade, o gasto monetário deve ser a medida de utilidade, uma redução na utilidade contempla tudo que se entende por pobreza e justifica uma dada linha de pobreza. Os argumentos que justificam essa abordagem são os seguintes:

“Um se refere à existência de certa renda mínima para todos os indivíduos, que os autores dizem ter menos seguidores; o outro está relacionado à adequação deste método como proxy do bem-estar e da pobreza e sua possibilidade de cálculo pelos dados disponíveis, argumento que é contestado por eles e outros pesquisadores, tais como Ravallion (1996), Sen (2000, 2001), Costa (2002a ; 2002b), Szeles (2005) ; Hulme, Moore e Shepherd (2001).” (MACHADO, 2007).

Uma das fragilidades da concepção monetária está no fato de que é impossível definir, de forma não arbitrária e controversa, um nível mínimo abaixo do qual os indivíduos tem sua sobrevivência colocada em risco. Tal nível é sempre construído com base em convenções.

Outra limitação da abordagem monetária deriva da preponderância exclusiva da dimensão econômica da pobreza, esta por sua vez considerada como sinônimo de insuficiência de renda. Sendo assim, a única forma de reduzir a pobreza é simplesmente fornecendo renda para a população pobre. Vale ressaltar também que analisar a renda dos indivíduos comparando-a com o parâmetro estabelecido pela linha de pobreza em um momento do tempo não se permite distinguir pobreza crônica e temporal (CARNEIRO, 2005, p.40).

Da mesma forma, medidas de pobreza que tenham uma abordagem unidimensional relativa à moeda privilegiam somente o mercado, não considerando bens não-monetários, que também afetam a qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo a linha de pobreza por si só mostra-se limitada (SALAMA & DESTREMEAU, 1999, apud COMIM & BAGOLIN, 2002). Um exemplo é o fato de que esta medida superestima a pobreza rural, uma vez que a solidariedade é maior no campo do que na cidade, possibilitando uma diminuição da miséria.

Ainda assim, vale destacar que as possibilidades de cálculo e a difusão dessa metodologia não significam facilidade em medir a pobreza por meio da renda. Diferentes métodos de cálculo do que seja esse mínimo (linha de pobreza) e sua própria definição resultam em uma gama muito grande de estimativas.

Segundo ROCHA (2003) apesar dos vários problemas existentes quando se analisa a pobreza como insuficiência de renda, existe uma ampla correlação entre renda e indicadores de bem-estar físico justificando, ainda o uso dessa metodologia. E, além disso, é um país que pode ser considerado urbano com sua economia praticamente monetizada e, portanto o bem-estar das pessoas está estreitamente vinculado ao nível de sua renda familiar.

3. Notas Metodológicas

Para cumprir o objetivo do presente trabalho, de traçar um perfil da pobreza no Brasil em 1995 e 2004, foram calculados indicadores sociais utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que produz informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Essa pesquisa é de grande

importância também pela sua grandeza e por englobar toda população brasileira, com exceção das áreas rurais da região Norte que só foram incluídas na PNAD de 2004.

A amostra da PNAD possui informações por Unidades da Federação. Assim o recorte espacial adotado será o mesmo, visto que as estimativas são consideradas precisas e representativas somente a esse nível de desagregação. As Unidades da Federação (UFs) são subdivididas em diversos estratos, agrupando-se diversos municípios vizinhos.

As variáveis utilizadas nas análises feitas foram as seguintes:

- 1- Ano = foram utilizadas as PNADs dos anos de 1995 e 2004;
- 2- UF = refere-se a cada uma das Unidades da Federação do Brasil;
- 3- Controle = Número de controle
- 4- Série = refere-se ao número de série
- 5- Sexo = refere-se ao gênero a que pertence cada indivíduo;
- 6- Idade = a partir da variável idade foi gerada a variável grupo de idade que representa determinadas faixas etárias;
- 7- Tipo de família = os tipos de famílias de acordo com a PNAD se subdividem em: Casal sem filhos, casal com todos os filhos menores de 14 anos, casal com todos os filhos de 14 anos ou mais, casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais, casal com filhos sem declaração de idade dos filhos, mãe com todos os filhos menores de 14 anos, mãe com todos os filhos menores de 14 anos ou mais, mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais e mãe com filhos sem declaração de idade dos filhos, esses 10 grupos foram reagrupados de forma que restaram apenas 6: casal sem filhos, casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais², casal com filhos sem declaração de idade dos filhos, mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais e mãe com filhos sem declaração de idade dos filhos;
- 8- Número de componentes da família: essa variável refere-se às pessoas que compõem a família, exclusive agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos;
- 9- Rendimento da família: rendimento mensal familiar para todas as unidades domiciliares (exclusive agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos);
- 10- Área censitária: as áreas censitárias se subdividem em região metropolitana, municípios auto-representativos e municípios não auto-representativos;
- 11- Situação Censitária: as situações censitárias são na área urbana as cidades ou vilas com áreas urbanizadas, as cidades ou vilas com área não urbanizada, áreas urbanizadas isoladas, na área rural se dividem em aglomerados rurais de extensão urbana, aglomerado rural e isolado (povoado), aglomerado rural e isolado (núcleo), aglomerado rural e isolado e outros aglomerados e por fim, os na zona rural exclusive os aglomerados rurais;
- 12- Peso = peso da pessoa (fator de expansão da amostra);
- 13- Região = a variável que corresponde a cada uma das regiões brasileiras foi gerada com o objetivo de obter as estimativas para esses subgrupos;

² Essa categoria engloba os casais com todos os filhos menores de 14 anos e os casais com todos os filhos de 14 anos ou mais, da mesma forma foi feito para as mães.

14- Urb = a variável urb foi criada no trabalho com o objetivo de separar a população em subgrupos rural e urbano;

15- Estrato = estrato da amostra;

16- PSU = como já foi explicitado anteriormente a variável psu refere-se à unidade primária amostral

17- Renda *per-capita* = foi calculada a partir da razão entre o número de componentes da família 2 e o rendimento da família 2;

Resta ainda a definição das linhas de pobreza (LP) e linhas de indigência (LI), essenciais na determinação da pobreza quando se utiliza a abordagem monetária.

Por linha de pobreza absoluta entende-se aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo, como por exemplo, o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens previamente estabelecida. As linhas de pobreza e de indigência também são parâmetros úteis para classificar ou caracterizar os pobres em relação a outros aspectos da qualidade de vida que não são dependentes da renda diretamente, mas são essenciais na determinação do nível de bem-estar como, por exemplo, condições de acesso a serviços públicos básicos. A adoção das linhas de pobreza absoluta justifica-se pelo fato de que, no Brasil, a renda de amplos contingentes populacionais não é suficiente para garantir seu acesso a bens e serviços básicos.

De acordo com esses parâmetros (LP e LI) são pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, *etc.*). Indigente, em contrapartida é aquele cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender tão-somente às necessidades básicas de alimentação.

As linhas de pobreza utilizadas para a realização dos cálculos dos índices foram buscadas nos trabalhos de ROCHA (1997). Nessa metodologia foram estabelecidas 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência diferenciadas. Esse método de construção das linhas de pobreza e de indigência buscou considerar a diversidade de custo de vida entre áreas urbanas e rurais, bem como entre as diversas regiões brasileiras.

Os índices de pobreza utilizados no trabalho, por sua vez, são conhecidos como medidas FGT (Foster, Greer e Thorbecke). Tal designação se deve ao artigo de FOSTER, GREER & THORBECKE (1984). Esses índices contemplam a proporção de pessoas pobres (*Poverty Headcount* – P_0), hiato de pobreza (*Poverty Gap* – P_1) e o hiato de pobreza ao quadrado (*Squared Poverty Gap* – P_2) e estão designadas pelas expressões a seguir:

$$P_0 = \frac{q}{n} \quad (1)$$

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad (2)$$

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2 \quad (3)$$

Onde:

q representa o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza);

n é o tamanho da população;

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* domiciliar da i-ésima pessoa;

O índice P_0 mede a proporção de pessoas pobres, ou seja, a proporção de pessoas que têm renda *per capita* domiciliar inferior à linha de pobreza. Tal indicador é utilizado como ponto de partida para estudos sobre pobreza, mas é insuficiente para analisá-la dado que viola dois importantes axiomas (SEN, 1996). Em primeiro lugar, o indicador não se altera ao reduzir a renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza ou o inverso, isto é, quando a renda eleva-se sem alcançar a linha de pobreza o indicador permanece o mesmo. Em segundo lugar, a proporção também é insensível à distribuição de renda entre os pobres, não se alterando quando se transfere renda de um indivíduo mais pobre para outro menos pobre. Sendo assim, a proporção de pobres deve ser utilizada em conjunto com outros dois indicadores.

O índice P_1 mede a intensidade de pobreza para o conjunto da população pobre através do cálculo do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza. Este índice pode ser interpretado como um indicador do déficit de pobreza, ou seja, os recursos necessários para elevar a renda de todos os pobres ao nível da linha de pobreza, através de uma perfeita focalização das transferências de renda. P_1 capta mudança nas rendas dos pobres, contudo o índice não se altera frente à redistribuição de renda entre os pobres.

O último índice P_2 é geralmente descrito como um indicador de severidade da pobreza. Na construção deste índice utiliza-se um peso maior para as pessoas mais pobres (o “gap de pobreza” é ponderado por si mesmo) e leva-se em conta a desigualdade de renda entre os pobres. P_2 contempla tanto a alteração de renda entre os pobres quanto à redistribuição de renda entre eles.

Esses três índices (FGT) variam entre 0 e 1, com $FGT_{\theta} = 0$ no caso em que todas as pessoas têm renda maior do que z (linha de pobreza), ou seja, não existem pobres e $FGT_{\theta} = 1$, quando todas as rendas são iguais à zero.

4. Resultados Empíricos para Indicadores de Pobreza

A análise dos indicadores de pobreza para o Brasil nos anos de 1995 e 2004 iniciar-se-á pelas Unidades da Federação e, em seguida, ela será decomposta segundo características geográficas e por fim, em relação à características domiciliares e individuais.

A Tabela 1, apresentada em seguida e todas as outras tabelas analisadas contêm, além dos índices de pobreza já descritos, informações sobre a participação do grupo analisado em relação a população total brasileira, renda média do grupo, renda média dos pobres do grupo e distância da renda média dos pobres em relação à linha de pobreza.

TABELA 1: Indicadores de Pobreza para as Regiões - Brasil (1995/2004)

	1995					2004				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.0480	0.2901	0.4385	0.1675	0.0559	0.0801	0.2786	0.4214	0.1485	0.0714
Renda Média do grupo	164.2548	108.5673	264.8703	228.3643	210.5192	266.4684	224.1040	478.8108	487.5223	450.4484
Renda Média dos pobres do grupo	33.9939	30.0333	47.9279	33.0131	45.1047	64.0326	62.5613	108.4650	71.4205	100.6450
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	28.2496	27.1832	34.8708	22.5948	34.5633	50.4706	58.4864	80.8639	48.3817	76.9026
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.3885	0.5170	0.2473	0.1908	0.3738	0.3429	0.4862	0.2896	0.1484	0.3397
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0.1771	0.2457	0.1031	0.0779	0.1618	0.1502	0.2321	0.1214	0.0602	0.1442
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.1107	0.1537	0.0630	0.0480	0.0976	0.0926	0.1473	0.0740	0.0369	0.0862
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.0566	0.4546	0.3287	0.0969	0.0633	0.0830	0.4090	0.3684	0.0665	0.0732
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.0578	0.4846	0.3074	0.0887	0.0615	0.0818	0.4396	0.3479	0.0607	0.0700
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.0584	0.4899	0.3035	0.0883	0.0599	0.0813	0.4497	0.3415	0.0601	0.0674
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	1.1774	1.5671	0.7496	0.5783	1.1329	1.0352	1.4678	0.8741	0.4480	1.0256
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	1.2042	1.6706	0.7011	0.5294	1.1004	1.0207	1.5778	0.8255	0.4092	0.9802
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	1.2155	1.6888	0.6921	0.5274	1.0723	1.0147	1.6140	0.8104	0.4046	0.9446

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Quando se analisa a pobreza nas regiões brasileiras (Tabela 1) observa-se, quanto à renda *per capita* média, que a população da região Sudeste possui a maior renda média (R\$264,87) em 1995, seguida pela região Sul (R\$228,36), pelo Centro-Oeste (R\$210,52) pelo Norte (R\$164,25) e por último, pelo Nordeste (R\$108,57). Já em 2004 essa renda aumenta mais que 200% em todas as regiões com exceção para o Sudeste (aumento de 180%) sendo que a renda *per-capita* média do Sul passa a ser a maior, o que indica uma redução no diferencial entre as regiões em termos de renda *per-capita*.

Ao comparar, por exemplo, a renda média *per-capita* da população do Sudeste com a do Nordeste observa-se que em 1995 a renda do Sudeste era 244% maior que a do Nordeste. Essa diferença reduziu para 213% indicando uma convergência em termos de renda entre as duas regiões. Ao considerar a renda média dos pobres observa-se que aumentou a distância entre a renda dos pobres do Nordeste e pobres do Sudeste (passou de 159% para 173% de diferença) entre os anos de 1995 e 2004.

No que se refere à proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, no Nordeste 51,7% da sua população era pobre em 1995, a maior proporção de pobres dentre todas as regiões como visto no Gráfico 1 (em seguida). A região Norte aparece em segundo lugar com um percentual de pobres de 38,84%, e a região Centro-Oeste com 37,37%. Em 2004 esse índice cai em todas as regiões do Brasil (Tabela 1) com exceção do Sudeste que apresentou aumento de 24,73% para 28,75% (Gráficos 1 e 2, em seguida). Esse aumento da pobreza no Sudeste pode ser resultado da desestruturação industrial e produtiva ocorrida com a liberalização da economia na década de 1990 e deterioração dos postos de trabalho, uma vez que nos estados dessa região se concentram a maioria das indústrias. Em contrapartida, a redução da pobreza no Nordeste pode ser explicada pela transferência para essa região de algumas etapas de produção que utilizam maciçamente força de trabalho e buscam mão-de-obra mais barata. Dessa forma, mesmo com salários baixos houve redução no desemprego o que possibilitou redução na pobreza, além das políticas de transferências de renda.

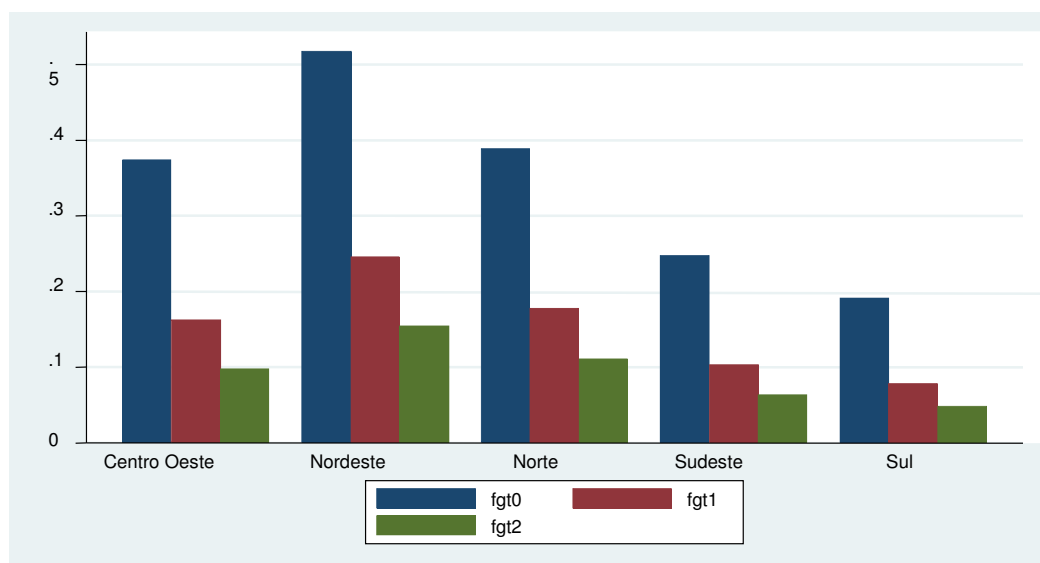
Quanto à intensidade da pobreza, a região com maior índice FGT1 em 1995 também é a região Nordeste, e o menor é verificado na região Sudeste (Gráfico 1). Vale observar que em 2004 a intensidade da pobreza caiu em todas as regiões exceto na região Sudeste, na qual o índice aumentou de 10,31% para 12,14% no período considerado. Caiu também a participação da população do Nordeste no total de pobres do país, assim como das outras regiões com exceção mais uma vez para o Sudeste, onde

foi observado aumento na participação da população da região no total da população pobre do Brasil. Mais uma vez verificam-se as consequências da abertura comercial ocorrida no Brasil que mostrou seus efeitos mais perversos no Sudeste, onde se concentrava maior parte do parque produtivo nacional.

Além disso, a região Nordeste apresentou o maior risco de inserção na pobreza em relação ao FGT0 em 1995 (156%) caindo um pouco em 2004 (147%). A segunda região com maior risco de pobreza a Norte que também apresentou redução desse índice em 2004 (caiu de 121,54% para 101,4%). Somente na região Sudeste o indicador de risco de inserção na pobreza apresentou aumento (69,2% para 81,04% em relação ao FGT0).

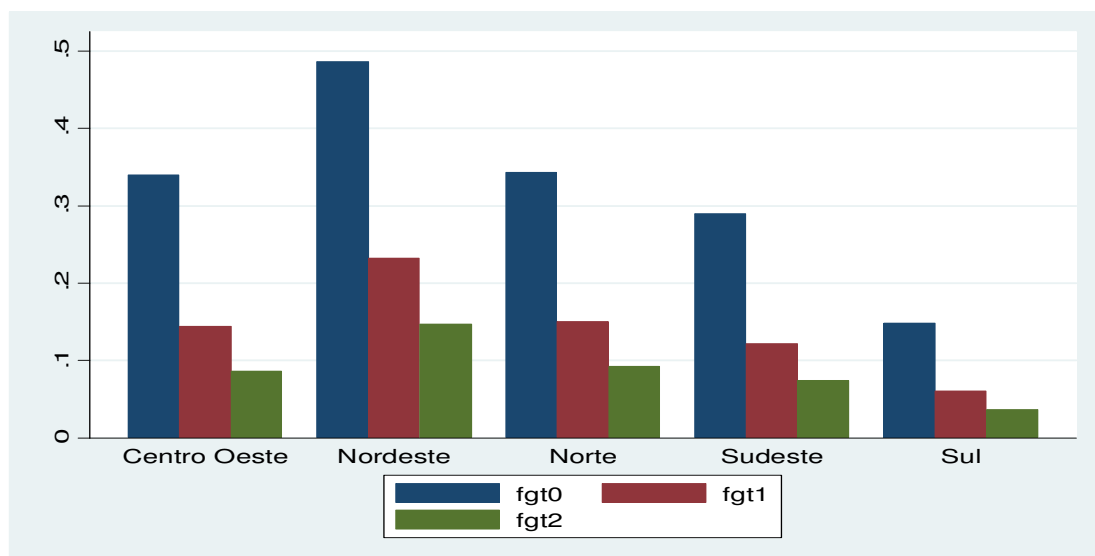
Os Gráficos 1 e 2 proporcionam uma visão geral dos indicadores de pobreza das cinco regiões. Em todas as regiões esses indicadores reduziram-se entre os anos considerados, com exceção do Sudeste.

GRÁFICO 1: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%)-1995



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 1995.

GRÁFICO 2: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%)- 2004



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2004.

De acordo com a pesquisa de DEL GROSSI, GRAZIANO & TAKAGI (2001) esse resultado divergente da região Sudeste deveu-se ao comportamento da região metropolitana de São Paulo, onde a pobreza teve um aumento considerável em fins da década de 1990.

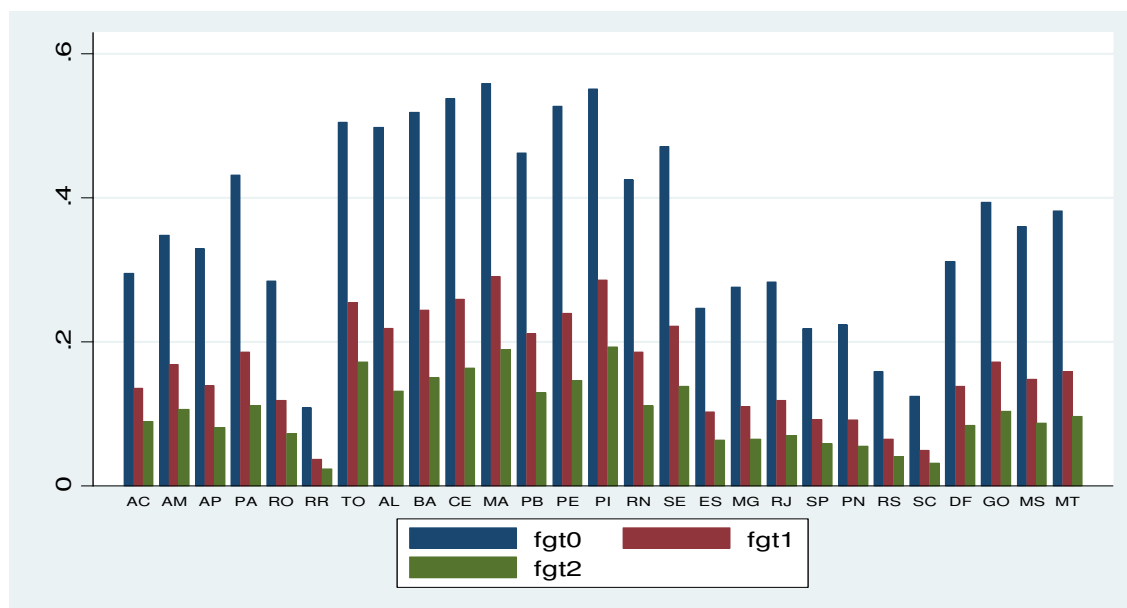
Em contrapartida, o crescimento do PIB em 2004 afetou positivamente o emprego e renda das famílias e as políticas públicas dos setores de aposentadoria e pensões e as políticas de transferência de renda, focadas nos mais pobres, exerceram efeitos positivos sobre os indicadores de pobreza nos anos 2000 (ROCHA, 2006).

Um outro fator que contribuiu para a redução da pobreza foram os resultados do rendimento familiar *per capita*. Os dados obtidos na pesquisa feita por ROCHA (2006) mostram que a proporção de pobres na população brasileira caiu de 35,6%, em 2003, para 33,2%, em 2004, o que corresponde a 57,7 milhões de pessoas pobres neste último ano – menos 2,4 milhões de pessoas do que em 2003.

No mesmo sentido, a redução da pobreza no Brasil, constatada em 2004 alcançou o nível de 1995. A década de 90 pode ser assim considerada uma década perdida em termos de redução da pobreza (considerando o índice para o país como um todo) e eficácia de políticas sociais frente ao baixo desempenho econômico do país. Este dado da proporção de pobres para o Brasil pode estar indicando também que as políticas sociais estão atingindo preferencialmente os mais pobres entre os pobres, com características emergenciais principalmente.

Os índices de pobreza foram calculados também para cada uma das Unidades da Federação do Brasil. Os Gráficos 3 e 4 apresentam os índices da classe FGT para cada uma das Unidades da Federação do Brasil para os anos de 1995 e 2004, respectivamente.

GRÁFICO 3: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 1995

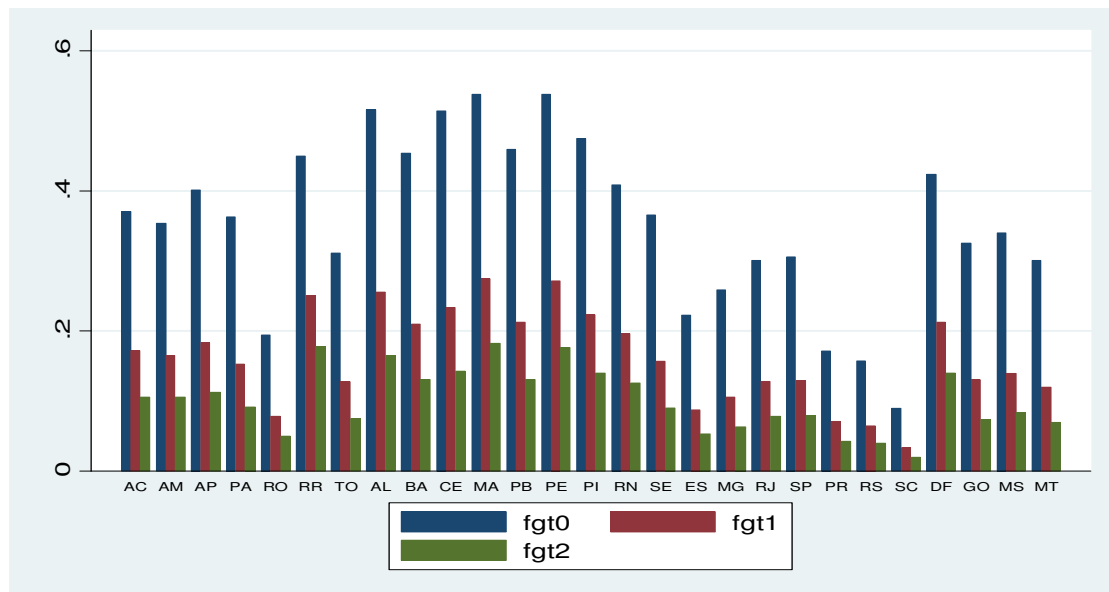


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 1995.

Os estados com maior proporção de pobres em 1995 foi o Maranhão, seguido por Ceará e Piauí (lembrando que a zona rural da região norte não foi incluída na pesquisa deste ano), e os estados com o menor FGT0 foram Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quando se analisa o ano de 2004, constata-se que o estado do Maranhão continua com a maior proporção de pobres, seguido por Alagoas e Pernambuco. Fica bastante evidente o aumento do percentual de pobres na região Norte, uma vez que em 2004 foi incluída a zona rural desta região. Além disso, ao se comparar os dois gráficos pode-se perceber o aumento nos índices da classe FGT em São Paulo, que ultrapassou o Rio de Janeiro, Minas Gerals e Espírito Santo. Como será visto a seguir esse comportamento de São Paulo foi bastante viesado devido ao comportamento da região metropolitana deste estado.

GRÁFICO 4: Índices FGT (FGT0, FGT1 E FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 2004



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2004.

Na sequência são apresentadas as estimativas de pobreza para as áreas censitárias brasileiras, os resultados podem ser vistos na Tabela(2):

TABELA 2: Indicadores de Pobreza para as Áreas Censitárias - Brasil (1995/2004)

	1995			2004		
	1	2	3	1	2	3
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.3058	0.2096	0.4846	0.3051	0.2136	0.4813
Renda Média do grupo	303.2508	245.6577	126.5312	515.4122	468.1523	276.0325
Renda Média dos pobres do grupo	54.9731	36.7156	28.8748	113.1160	76.0342	63.1283
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	43.6126	26.7735	23.7819	95.5245	57.6528	48.5874
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0.3022	0.2404	0.3862	0.3871	0.2425	0.3352
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0.1334	0.1015	0.1754	0.1769	0.1052	0.1468
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0.0822	0.0630	0.1087	0.1115	0.0656	0.0899
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0.2801	0.1527	0.5672	0.3566	0.1564	0.4871
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0.2774	0.1447	0.5780	0.3670	0.1527	0.4804
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.2762	0.1451	0.5787	0.3728	0.1534	0.4738
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	0.9158	0.7286	0.9032	1.1687	0.7322	1.0119
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	0.9069	0.6902	0.6921	1.2027	0.7148	0.9980
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	0.9032	1.1928	1.1942	1.2219	0.7182	0.9844
1- Região Metropolitana, 2- Mun.Auto-Representativo, 3- Mun. Não Auto-Representativo						

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Nas áreas censitárias do Brasil observou-se que a população das regiões metropolitanas apresenta a maior renda média (R\$303,25 em 1995 e R\$515,41 em 2004), seguida pelos municípios auto-representativos (R\$245,65 em 1995 e R\$468,15 em 2004) e em último lugar pelos municípios não auto-representativos (R\$126,53 em 1995 e R\$276,03 em 2004).

Nota-se também, que entre os anos considerados, a diferença entre a renda média *per-capita* dos municípios auto-representativos e não auto-representativos reduziu-se quando comparada com a renda média *per-capita* da região metropolitana. Em 1995 a renda média *per-capita* da região metropolitana era 123% maior que a dos municípios auto-representativos caindo para 110% (a diferença) em 2004. Para os municípios não auto-representativos essa diferença cai de 239% para 186% entre os dois anos o que permite inferir que vem ocorrendo um processo redução na diferença entre essas áreas em termos de renda *per-capita*. Além disso, nas regiões metropolitanas o aumento da renda média foi de 170% entre 1995 e 2004, menor que o aumento verificado nos municípios auto representativos (190%) e nos municípios não auto-representativos (220%).

Estes municípios não auto-representativos concentram a maior parcela da população brasileira (48,46% em 1995 e 48,13% em 2004) e tem a maior participação na população pobre do país. Essa participação na população pobre se reduz significativamente no período (56,72% em 1995 e 48,71% em 2004), em contrapartida aumentou bastante essa participação das regiões metropolitanas na pobreza total do país. Nessas últimas (regiões metropolitanas) ocorreu uma piora significativa dos indicadores de pobreza. O FGT0 aumentou de 30,22% para 38,71%, ultrapassando o FGT0 das regiões não metropolitanas em 2004. Como a participação no total da população não se alterou de forma significativa, essa piora nos índices de pobreza das regiões metropolitanas sugere que os pobres estão cada vez mais pobres (intensificação da pobreza, aumentou FGT1), além de haver aumento do número deles nessas áreas.

Esse aumento dos índices de pobreza nas regiões metropolitanas pode ser explicado pelo fato de que as políticas públicas assistencialistas de combate à pobreza e a miséria tenham se focado principalmente nos pequenos municípios. Além disso, as regiões metropolitanas foram as mais prejudicadas com a crise econômica da década de 1990, resultado da abertura econômica que solapou o parque industrial do país acarretando aumento considerável nas taxas de desemprego. Em contrapartida, a redução na proporção de pobres nos municípios menores pode ser resultado da política salarial, uma vez que nesses municípios não auto-representativos é provável que se concentre a maior proporção de pessoas recebendo um salário mínimo.

Da mesma forma, a melhora dos indicadores de pobreza para os municípios não auto-representativos e um mínimo aumento para os municípios auto-representativos pode ter decorrido do processo de descentralização produtiva, que atuou no sentido de

aumentar a oferta de emprego nestas áreas. Como será visto adiante a redução da pobreza na zona rural também pode ter contribuído para a redução da mesma nesses municípios pequenos, uma vez que a zona rural tem maior participação neles que nas regiões metropolitanas.

Paralelamente, de acordo com DEL GROSSI, GRAZIANO & TAKAGI (2001) o número total de pobres no Brasil aumentou bastante no período pós Plano Real (1995-1999). A taxa de crescimento da pobreza chegou a 1,2%, pouco menor que a taxa de crescimento demográfico da população brasileira (1,4% a.a.). Esse aumento da pobreza concentrou-se, de acordo com ele, nas regiões metropolitanas que registraram uma taxa de 5% ao ano. Essa taxa significa um aumento de 420 mil famílias e 1,640 milhões de pessoas pobres, correspondendo a 66,7% de aumento total de pessoas pobres no período em questão.

Esse crescimento da pobreza nas áreas metropolitanas decorreu da deterioração do mercado de trabalho e do crescimento do desemprego pós Plano Real (1995-1999), agravado pelo fato de que a maioria das áreas periféricas dessas regiões são cidades dormitórios. Houve também redução das famílias agrícolas pobres nas áreas metropolitanas devido ao decréscimo do número absoluto dessas famílias dedicadas à agricultura morando na região, o que também ocorreu nas áreas urbanas não metropolitanas (DEL GROSSI; GRAZIANO; TAKAGI, 2001).

De acordo com as estimativas pode-se sugerir a ocorrência de um processo de “metropolização” da pobreza. TORRES, BICIR & CARPIM (2006) demonstram que nas regiões metropolitanas brasileiras a proporção de pobres cresceu substancialmente quando se compara os anos de 1995, 2003 e 2004. Houve ainda, um aumento no número de domicílios abaixo da linha oficial de pobreza entre 1995 e 2003 em nove das dez metrópoles consideradas na PNAD. Ao considerar especificamente o período entre 2003 e 2004, as variações observadas são menos expressivas o não significando, contudo, uma mudança na tendência observada.

Considerando-se a condição das nove metrópoles brasileiras, além de Brasília o que se pode concluir é que o desempenho adverso da metrópole paulista no que se relaciona à redução da pobreza entre 1995 e 2004 afetou desfavoravelmente o resultado para o conjunto de metrópoles. No entanto, é importante notar que as diversas metrópoles tiveram desempenhos diferenciados, dependendo de diversos fatores, particularmente condições locais de dinamismo econômico e evolução local do custo de vida para os pobres (ROCHA, 2006).

A análise seguinte refere-se às áreas urbana e rural, os resultados estão na Tabela 3.

TABELA 3: Indicadores de Pobreza para as Áreas Urbana e Rural - Brasil (1995/2004)

	1995		2004	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.7917	0.2083	0.8286	0.1714
Renda Média do grupo	238.2272	81.3466	432.9929	182.6632
Renda Média dos pobres do grupo	43.3123	20.3200	90.7441	48.9081
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	34.0870	17.4392	73.0731	38.9964
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.3093	0.4085	0.3255	0.3592
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0.1360	0.1890	0.1449	0.1579
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.0840	0.1179	0.0900	0.0973
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.7421	0.2579	0.8142	0.1858
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.7322	0.2678	0.8161	0.1839
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.7302	0.2698	0.8173	0.1827
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0.9373	1.2382	0.9825	1.0844
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0.9249	1.2854	0.9849	1.0732
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0.9224	1.2950	0.9863	1.0660

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Em relação aos resultados obtidos na decomposição da população nos grupos rural³ e urbano, observa-se redução durante o período analisado na proporção de pessoas pobres (FGT0) da zona rural (queda de 4,3%). Já a proporção de pobres da zona urbana aumentou (30,93% em 1995 e 32,55% em 2004). Tendência verificada também quando se observam os índices FGT1 e FGT2, apesar de que a variação na intensidade da pobreza foi menor. É importante notar também que ocorreu em termos de renda uma convergência entre as áreas rural e urbana, visto que a renda média *per-capita* mais que dobrou para o primeiro grupo e aumentou menos que essa proporção na zona urbana.

Considerando-se a participação da população urbana no total da população pobre do Brasil, verificou-se um aumento considerável (7,18%). O aumento da população total (pobres e não-pobres) foi de apenas 3,69%. Essa diferença indica que o acréscimo no número de pobres não decorreu apenas do aumento do número de pessoas na zona urbana, mas também ocorreu piora na situação das pessoas que já residiam nessa área em termos de rendimentos.

Em contrapartida, reduziu-se significativamente a participação na pobreza da população rural (7,21%), assim como caiu a participação da zona rural do total da população brasileira, em menor proporção (3,69%).

³ Para o ano de 1995 não existem dados na PNAD para as áreas rurais da região Norte.

No que diz respeito ao indicador do risco da população urbana de se inserir na pobreza, observa-se aumento para a população que mora na zona urbana (4,52%) ocorrendo o inverso para a população rural (redução de 15,44%).

De acordo com FERREIRA, LEITE & LITCHFIELD (2006) o período de 1993 a 2004, marcado pela estabilidade macroeconômica e modesta retomada do crescimento, foi também um período de bons resultados em relação à redução na pobreza e grande redução nas diferenças entre as áreas urbana e rural em termos de renda, no Brasil. Sendo verificada uma convergência de renda entre as áreas rurais e urbanas e a redução da pobreza nas áreas rurais e aumento nas áreas urbanas (Tabela 4).

TABELA 4: Evolução da Participação na Pobreza Total do Brasil Segundo Estratos - 1992, 2003 e 2004

Brasil e Estratos	Pobres (%)		
	1992	2003	2004
Metropolitano	31.2000	35.0000	36.3000
Urbano	44.5000	48.8000	48.4000
Rural	24.3000	16.2000	15.3000
Brasil	100.0000	100.0000	100.0000

Fonte: ROCHA, 2006

Uma possível justificativa para a redução da pobreza rural é encontrada na expansão das aposentadorias para os trabalhadores agrícolas durante a década de 1990 pela Previdência Rural e pela *Lei Orgânica de Assistência Social* (LOAS). Além disso, em menor proporção, ocorreu o abandono de atividades agrícolas em favor das atividades não agrícolas que estavam em crescimento na década de 1990, o que pode ter permitido melhorias na renda desse grupo.

ROCHA (2006) também analisou a pobreza nas áreas rurais, urbanas e áreas metropolitanas observando queda significativa e sustentada da proporção de pobres na zona rural. De acordo com a TABELA 4 houve queda na participação da zona rural no total da população pobre brasileira de 9% entre 1992 e 2004, o que permitiu caracterizar o fenômeno da pobreza como tipicamente urbano, já que na área urbana houve aumento de 3,9% na participação na pobreza.

A próxima análise é feita por situação censitária de acordo com a divisão da PNAD, as áreas urbanas foram subdivididas nas subcategorias apresentadas na Tabela 5.

TABELA 5: Indicadores de Pobreza por Situação Censitária (Áreas Urbanas)- Brasil (1995/2004)

	1995			2004		
	Áreas Urbanas					
	1	2	3	1	2	3
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.7803	0.0062	0.0051	0.8160	0.0079	0.0048
Renda Média do grupo	239.7963	123.9057	138.7286	434.8673	326.5370	287.5261
Renda Média dos pobres do grupo	43.2871	44.5635	44.3277	90.5904	93.2835	105.5039
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	33.9585	36.6683	44.1951	73.0892	69.0419	76.8680
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.3070	0.4768	0.4445	0.3239	0.3991	0.4648
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0.1349	0.2090	0.2205	0.1443	0.1692	0.1988
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.0832	0.1265	0.1500	0.0897	0.1023	0.1221
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.7261	0.0090	0.0069	0.7980	0.0095	0.0067
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.7157	0.0089	0.0077	0.8006	0.0091	0.0064
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.7131	0.0087	0.0085	0.8022	0.0088	0.0064
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0.9306	1.4452	1.3474	0.9780	1.2047	1.4032
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0.9172	1.4210	1.4995	0.9811	1.1504	1.3512
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0.9139	1.3898	1.6476	0.9830	1.1204	1.3372
1- Cidade/Vila, área urbanizada / 2- Cidade/Vila área não urbanizada / 3- Área urbanizada isolada						

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Considerando-se o recorte por situação censitária e analisando-se apenas as áreas urbanas, observa-se que a maior parte de população encontra-se nas cidades ou vilas urbanizadas, ou seja, nas áreas mais centrais. Também nestas áreas, a renda média da população é a maior dentre todas as áreas urbanas, contudo percebe-se uma redução na diferença de renda *per-capita* média entre as áreas urbanas no período em questão (1995 e 2004). Nas áreas menos centrais (grupos 2 e 3) essa renda média mais que dobrou entre 1995 e 2004, já nas cidades e vilas urbanizadas (grupo 1) aumentou menos que o dobro. Ao contrário, a renda média dos pobres no grupo 1 (cidades e vilas urbanizadas) é a menor dentre todas as áreas urbanas em 1995, e em 2004 essa lacuna fica ainda maior, indicando aprofundamento da pobreza nas cidades mais centrais.

Para comprovar esse argumento de aprofundamento da pobreza nas áreas mais centrais basta observar que a proporção de pobres aumentou quase 2% nas cidades e vilas urbanizadas assim como aumentou cerca de 1% a intensidade de pobreza e 7,19% a participação desse grupo no total de pobres do Brasil em relação ao FGT0. Esse resultado pode ser fruto do processo de liberalização da economia que desestruturou o parque industrial brasileiro situado principalmente nas maiores cidades do país causando desestruturação do mercado de trabalho, aumento do desemprego e consequentemente agravando a pobreza.

Em seguida, foi feita a decomposição da população seguindo o critério de idade do chefe da família, foram formados 6 grupos com faixa etárias distintas, para os quais foram calculados os índices de pobreza.

TABELA 6: Indicadores de Pobreza por Grupo de Idade do Chefe da Família - Brasil (1995/2004)

	1995						2004					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.4443	0.1630	0.1444	0.1025	0.0683	0.0776	0.3898	0.1716	0.1467	0.1216	0.0809	0.0895
Renda Média do grupo	149.0851	215.4515	239.1016	275.4316	290.8072	278.3239	261.4365	390.9908	417.8920	494.1258	578.3685	591.8240
Renda Média dos pobres do grupo	35.1949	38.5109	39.3458	40.1176	41.6291	50.6125	77.1267	84.1750	89.7801	92.6167	92.9929	110.0914
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	30.4857	30.4327	29.5114	27.3798	26.5239	25.9914	68.8336	67.7064	63.8175	62.5635	60.8035	57.2797
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.4294	0.2880	0.2887	0.2400	0.2088	0.1507	0.4622	0.3092	0.3102	0.2346	0.1791	0.1066
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0.1998	0.1277	0.1244	0.0983	0.0816	0.0500	0.2161	0.1378	0.1286	0.0944	0.0705	0.0356
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.1259	0.0812	0.0750	0.0571	0.0468	0.0254	0.1373	0.0878	0.0754	0.0550	0.0410	0.0182
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.5782	0.1423	0.1263	0.0746	0.0432	0.0354	0.5439	0.1602	0.1373	0.0861	0.0437	0.0288
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.6036	0.1415	0.1221	0.0685	0.0379	0.0264	0.5726	0.1608	0.1282	0.0780	0.0387	0.0217
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.6147	0.1454	0.1189	0.0643	0.0351	0.0216	0.5864	0.1651	0.1212	0.0732	0.0363	0.0179
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	1.3014	0.8730	0.8751	0.7273	0.6329	0.4567	1.3953	0.9334	0.9363	0.7082	0.5406	0.3218
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	1.3585	0.8685	0.8457	0.6682	0.5549	0.3402	1.4690	0.9370	0.8741	0.6416	0.4791	0.2420
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	1.3834	0.8923	0.8235	0.6273	0.5138	0.2788	1.5043	0.9616	0.8264	0.6022	0.4489	0.1997

1- Pessoas c/ 20anos e menos de 20anos

2- Pessoas c/ mais de 20 anos e c/ 30anos ou menos de 30anos

3- Pessoas c/ mais de 30 anos e c/ 40anos ou menos de 40anos

4- Pessoas c/ mais de 40 anos e c/ 50 anos ou menos de 50 anos

5- Pessoas c/ mais de 50 anos e c/ 60 anos ou menos de 60 anos

6- Pessoas c/ mais de 60 anos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Quanto à distribuição da população por grupo de idade notou-se que em 1995 a maior parte da população do país concentrava-se no grupo em que o responsável pela família tem até 20 anos de idade (44,43% em 1995) caindo bastante em 2004 (38,98%). Em contrapartida, aumentou a participação de todas as categorias em que o chefe da família tem idade acima de 20 anos.

No que se refere aos rendimentos, a renda média *per-capita* aumentou com o aumento da idade do chefe. Já a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza se reduziu conforme a idade do responsável da família aumentou. Pois, quanto mais velho o responsável, mais velhos também são os integrantes dessa família que estão em idade de trabalhar e contribuir com as despesas dentro de casa, ou então os filhos já não moram mais com os pais reduzindo as despesas desse domicílio.

Além disso, entre 1995 e 2004, observou-se que conforme a idade do responsável ascende de 20 para 30 e de 30 para 40 anos a proporção de pobres aumenta a taxas decrescentes. O fato de a pobreza aumentar mais quanto mais novos os responsáveis pela família decorre do fato de que estes jovens, responsáveis pela família, estão em estágio inicial de sua carreira profissional e/ou seus filhos ainda não estão trabalhando. Além disso, outro agravante refere-se ao fato de que a taxa de natalidade normalmente é maior entre os pobres (jovens é claro), o que aprofunda ainda mais a pobreza nesse grupo.

De acordo com o constatado acima, apesar de não ser do escopo deste trabalho a proposição de possíveis políticas de combate a pobreza algumas considerações a respeito desse debate não podem ser deixadas de lado nesse ponto. As políticas assistencialistas de combate a pobreza deveriam se focar preferencialmente nos grupos de pessoas mais jovens. As pessoas com menos de 20 anos formam o grupo mais numeroso da população e participam com 57,82% na população pobre do país em 1995 e 54,39% em 2004 (em relação ao FGT0) indicando que políticas de ampliação de aposentadorias não resolvem o problema maior. Nesse caso deveriam ser implementadas políticas de inserção desses jovens no mercado de trabalho, bem como deveria existir incentivo à geração de emprego e oferecer cursos que capacitassem os jovens a competir no mercado de trabalho.

Ao contrário, a situação mais favorável em relação aos grupos mais velhos pode ter como possível explicação a socialização da renda derivada de aposentadorias e de pensões no âmbito das famílias. Este fato contribuiu para reduzir a incidência de pobreza em geral, que se reduziu mais acentuadamente dentre os principais

beneficiários diretos desses rendimentos, os indivíduos de 60 anos ou mais. Portanto, verifica-se que a evolução da pobreza nos últimos anos foi particularmente favorável aos indivíduos de mais de 60 anos.

Depois de analisada a pobreza em cada grupo de idade, foram calculados indicadores de pobreza para os tipos de família a seguir:

TABELA 7: Indicadores de Pobreza por Tipo de Família - Brasil (1995/2004)

	1995						2004					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.0784	0.7192	0.0001	0.1381	0.0000	0.0643	0.0975	0.6568	0.0000	0.1662	0.0000	0.0794
Renda Média do grupo	342.8178	187.5661	369.3254	153.1511	130.0000	351.6656	648.5904	348.9918	516.5555	287.6222	69.9993	627.2438
Renda Média dos pobres do grupo	43.2450	37.7036	0.0000	34.3660	0.0000	40.3775	97.5865	85.1069	0.0000	73.6700	69.9993	83.5609
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	29.2016	27.6446	0.0000	38.1086	0.0000	33.1400	62.7699	60.9172	0.0000	84.2584	42.9607	75.5713
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.1462	0.3434	0.0000	0.4346	0.0000	0.1785	0.1223	0.3539	0.0000	0.4392	1.0000	0.1749
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0.0589	0.1467	0.0000	0.2305	0.0000	0.0801	0.0497	0.1466	0.0000	0.2369	0.3803	0.0832
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.0373	0.0861	0.0000	0.1648	0.0000	0.0539	0.0323	0.0842	0.0000	0.1704	0.1577	0.0572
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.0348	0.7486	0.0000	0.1819	0.0000	0.0348	0.0360	0.7016	0.0000	0.2204	0.0001	0.0419
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.0314	0.7172	0.0000	0.2164	0.0000	0.0350	0.0329	0.6545	0.0000	0.2676	0.0001	0.0449
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.0321	0.6798	0.0000	0.2500	0.0000	0.0381	0.0345	0.6055	0.0000	0.3102	0.0001	0.0497
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0.4432	1.0409	0.0000	1.3174	0.0000	0.5411	0.3693	1.0682	0.0000	1.3258	3.0189	0.5281
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0.4004	0.9972	0.0000	1.5676	0.0000	0.5447	0.3376	0.9965	0.0000	1.6100	2.5853	0.5653
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0.4096	0.9453	0.0000	1.8107	0.0000	0.5922	0.3539	0.9219	0.0000	1.8661	1.7276	0.6265

1- Casal s/ filhos, 2- Casal c/ todos os filhos menores de 14 anos e de 14 ou mais,
3- Casal c/ filhos s/ declaração de idade dos filhos, 4- Mãe c/ todos os filhos
menores de 14 anos ou de 14 anos ou mais, 5- Mãe c/ filhos s/ declaração de idade,
6-Outros tipos de família.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

O grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) compõe a maior parcela da população brasileira em 1995 (71,92%). Esta participação na população brasileira total cai em 2004 (65,68%). Ao contrário, aumentou a participação na população brasileira total em quase 2% do grupo 4 (mães com filhos menores de 14 anos ou de 14 ou mais) e 2% no grupo 1 (casal sem filhos).

A pesar de ser o tipo de família mais comum e numeroso, o grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) não constitui a categoria com maior proporção de pobres. O grupo 4 (mães com filhos menores de 14 anos ou de 14 ou mais) apresentou a maior proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza chegando ao nível de 43,46% em 1995 e 43,92% em 2004. O segundo lugar ficou para o grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) com 34,34% de pobres em 1995, subindo para 35,39% em 2004. A intensidade de pobreza (FGT1) e a desigualdade entre os pobres também foi maior no grupo 4 (mães com filhos sem declaração de idade) nos dois anos considerados. Essa situação pior das mães responsáveis pela família associa-se a alta vulnerabilidade a que estão submetidas, cuidam sozinhas da educação dos filhos ainda proveem o sustento da família.

Da mesma forma, a participação dessas mães responsáveis pela família no total de pobres do Brasil (em relação ao FGT0) em 1995 é de 18,19% e aumenta para 22,04% em 2004, e a participação desse mesmo grupo no total da população também aumenta como já foi dito em cerca de 2%. Isso indica que os grupos nos quais as mulheres são as pessoas de referência (grupos 4 e 5), têm aumentado. Aumentou e intensificou também a pobreza dentro desta categoria.

Por último, para completar a análise feita com o objetivo de traçar um perfil para a pobreza no Brasil foram obtidas estimativas por gênero (masculino e feminino).

TABELA 8: Indicadores de Pobreza por Gêneros - Brasil (1995/2004)

	1995		2004	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0.4913	0.5087	0.4876	0.5124
Renda Média do grupo	207.3419	203.8140	391.6829	388.5859
Renda Média dos pobres do grupo	37.4194	37.3473	83.4503	82.5304
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	29.0897	30.4479	65.1644	68.1824
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0.3238	0.3359	0.3245	0.3376
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0.1426	0.1513	0.1417	0.1523
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0.0871	0.0948	0.0864	0.0959
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0.4821	0.5179	0.4777	0.5223
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0.4765	0.5235	0.4695	0.5305
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0.4702	0.5298	0.4614	0.5386
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0.9813	1.0181	0.9797	1.0193
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0.9699	1.0291	0.9629	1.0353
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0.9571	1.0414	0.9464	1.0510

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs 1995 e 2004.

Ao dividir a população brasileira por gêneros, os indicadores mostraram como já era esperado, que a participação feminina é um pouco maior (1,74% a mais de mulheres que de homens em 1995 e 2,48% em 2004), no total da população do Brasil. Ao se observar a participação feminina no total da população pobre verifica-se que a diferença entre os gêneros se mostra mais acentuada. Em 1995 a participação feminina na pobreza brasileira era de 51,79% (3,58% a mais que a dos homens) e aumenta para 52,23% em 2004. A participação masculina na pobreza reduziu-se sendo que a diferença da participação na pobreza entre os gêneros aumentou para 4,46% em 2004. Além disso, a renda média das mulheres é menor nos dois períodos analisados embora a renda média dos pobres de cada gênero seja bem próxima.

Da mesma forma, a proporção de pessoas em situação de pobreza é levemente maior dentro do grupo feminino (33,58% em 1995 para 33,76% em 2004) que no masculino (32,38% em 1995 para 32,45% em 2004), assim como a intensidade de pobreza e a desigualdade entre os pobres medida por FGT2. As variações ocorridas nos índices de pobreza não foram significativas para nenhum dos dois subgrupos. De forma geral, pode-se dizer que a pequena diferença em termos de pobreza, com piores condições para o grupo feminino ainda permanece.

A posição inferior das mulheres em termos de rendimento já foi pior com certeza, as melhorias alcançadas podem ter decorrido de melhor aceitação das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo. De acordo com BRUSCHINI (2007), entre 1992 e 2005 as trabalhadoras brasileiras obtiveram algum progresso no mercado de trabalho, embora tenham persistido, ao mesmo tempo, inúmeras condições desfavoráveis. Primeiramente, pode-se dizer que as jovens superaram os jovens em termos de escolaridade tanto em nível médio como em nível superior, no qual as mulheres marcaram presença em maior número do que os homens.

Diante disso, as trabalhadoras mais instruídas passaram a ter profissões de prestígio como medicina, direito, magistratura, arquitetura e mesmo na engenharia, tradicionalmente um, campo masculino, e em cargos executivos em empresas do setor formal.

Entretanto, a maior parte de trabalhadoras (30% da força de trabalho feminina) continua ocupando empregos precários como: empregadas domésticas (75% das quais sem registro em carteira), trabalhadoras não-remuneradas e aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola.

Conclusão

Ao se utilizar da abordagem monetária para caracterizar a pobreza no Brasil nos anos de 1995 e 2004, o que se pode perceber é que houve uma redução de diferença entre os índices de pobreza das regiões centrais em relação às regiões Norte e Nordeste, mas estas últimas ainda apresentam os piores índices de pobreza monetária do país. Quando avaliadas as Unidades da Federação, os dados reafirmam essa tendência e apontam que os estados com maiores índices de pobreza localizam-se na região Norte e Nordeste e os estados com menores indicadores de pobreza na região Sul e Sudeste. Além disso, foi possível perceber uma redução da diferença entre os índices de pobreza das regiões metropolitanas em relação aos municípios menores, ou seja, os municípios menores apresentaram melhorias nos indicadores de pobreza e convergiram em direção aos indicadores das regiões metropolitanas que apresentam os melhores indicadores de pobreza nesse grupo.

Quando os indicadores de pobreza comparam a população rural e urbana do Brasil, ainda é possível confirmar a preponderância de piores níveis de pobreza entre aquele primeiro grupo, apesar de ocorrer também uma convergência dos índices de pobreza dos dois grupos decorrente da redução da pobreza rural e aumento desta na área urbana. É importante ressaltar as limitações da abordagem monetária de pobreza, ela indica apenas as diferenças quanto ao rendimento, não captando por exemplo, as diferenças nos custos de vida entre metrópoles e interior e não considera a produção para auto-consumo dos produtores rurais, que contribui para redução de suas despesas com alimentação, por exemplo.

Nas subcategorias da PNAD das diversas áreas censitárias urbanas pode-se observar também que, apesar de a pobreza ser maior nos municípios menores e menos urbanizados, houve uma melhoria expressiva da renda nos mesmos entre 1995 e 2004 o que reduziu inclusive o seu risco de inserção na pobreza e reduziu a diferença com os municípios maiores e mais urbanizados. Não se pode esquecer que em municípios menores, o custo de vida é mais baixo, o que impede maiores conclusões a respeito das condições pobreza desse grupo.

Quando se avalia os indicadores de pobreza a partir das características dos indivíduos, pode-se concluir que as maiores taxas de pobreza encontram-se nas famílias em que o seu chefe é mais novo, e os indicadores de pobreza dos grupos em que o chefe de família tem menos de 20 e menos de 30 anos pioram entre os dois anos analisados. Quando considerado tipo de família, conclui-se que os índices de pobreza do grupo em que as mulheres são chefe de família estão em piores condições de renda. A essa constatação pode-se somar a discriminação por gênero, que ainda persiste entre 1995 e 2004, apesar de pequena.

Resumidamente pode-se indicar que, a partir dos indicadores calculados, a pobreza no Brasil entre 1995 e 2004 se caracteriza ainda por ser concentrada nas regiões litorâneas e fora do centro de decisão e com maior dinamismo do país, em maior proporção nos municípios menores e menos urbanizados e nas áreas rurais, apesar de ter havido uma convergência entre os grupos analisados o que indica, por sua vez uma redução na desigualdade de renda inter e intra-regional. Considerando as características individuais, a população mais jovem e as mulheres ainda apresentam-se em piores condições de renda que o grupo de pessoas mais velhas que são chefes de família e homens, apesar de também ter sido verificado uma redução nessa desigualdade.

Referências

BARROS, R. P., CARVALHO, M., FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. IPEA. Texto para Discussão N°. 1227. Rio de Janeiro, 2006.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Abr. 2007. Disponível em: www.fcc.org.br.

CARNEIRO, C. B. L. **Programas de proteção social e superação da pobreza concepções e estratégias de intervenção**. Dissertação de Mestrado defendida na UFMG, Belo Horizonte, Dez. 2005.

COMIN, F. ET ALL. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional**. Projeto de pesquisa para a UFRS/RS. Nov. 2006. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br>.

COMIN, F., BAGOLIN, I. P. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, Vol. 23, 2002. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br>

DEL GROSSI, M. E., GRAZIANO, DA SILVA J., TAKAGI, M. **Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99**. Texto para Discussão IE/UNICAMP N°. 104, Nov. 2001. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>.

FERREIRA, F. H. G., LEITE, P.G., LITCHFIELD J.A. **The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981-2004**. World Bank Policy Research, Working Paper N°. 3867, March. 2006.

FOSTER, J.E., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica** v.5, N°. 3, p.761-766, May. 1984.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil, in: Henriques, R.(Org.), **Desigualdade e pobreza no Brasil**, IPEA, p. 81-107. Rio de Janeiro, 2000.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e redução da desigualdade e da pobreza no Brasil**. Brasília: CGEE/IPEA/IBGE, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Microdados, 1995 e 2004.

JENKINS, S.P. **POVDECO: Estimation and interpretation of measures of inequality, poverty, and social welfare using Stata**. Institute for Social and Economic Research University of Essex, Colchester CO4 3SQ, U.K, 2006.

LADERCHI, R., SAITH, R., STEWART, F. **Everyone agrees we need poverty reduction, but not what this means: does this matter?** Paper for WIDER Conference on Inequality, Poverty and Human Well-being, Helsinki, 2003.

LOPES, H., MACEDO, P., MACHADO, A.F. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Texto para Discussão N°. 223, Out. 2003. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>.

MACHADO, K. M. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador-BA, N°.155, p.30-35, Abr./Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>.

ROCHA, S. **Pobreza e Indigência no Brasil: Algumas evidências empíricas com base na Pnad 2004**. Nova Economia.Vol. 16. N°.2. Belo Horizonte May/Aug. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

ROCHA, S. **Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80**. Anais da ANPEC, Vol. 4.Belo Horizonte, 1988.

ROCHA, S. **Poverty lines for Brazil — new estimates from recent empirical evidences**. Background paper para o World Bank, 1993.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, Vol.. 27, N°. 2, p. 313-352, Ago. 1997.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEN, A.K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro:Record, 2001.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

SEN, A. K. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, p. 745-762, 1983.

SEN, A., FOSTER, J.E. **On Economic Inequality**. Clarendon Paperbacks, 1997.

STATA. **Statistical software components**. StataCorp LP, 4905 Lakeway Drive, College Station, TX 77845 USA, 2005. Disponível em <www.stata.com>.

TORRES, H. G., BICHER, R.M., CARPIM, T. P. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda**. CEM/Cebrap, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof. Mauro Caetano de Souza

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/eco>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**TEXTO PARA DISCUSSÃO DO
CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Barbara Christina Carrijo

Roberta Teodoro Santos

Colaborador Externo

Prof. Luciano Martins Costa Póvoa – UNB

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.